



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL
FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS PARA A DIREÇÃO REGIONAL
DAS OBRAS PÚBLICAS NO TRIÉNIO 2023-2025
(Fornecimento por lotes)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ÍNDICE

Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º Lotes	3
Artigo 5.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	4
Artigo 6.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais	4
Artigo 7.º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	5
Artigo 8.º Concorrentes	5
Artigo 9.º Agrupamentos	6
Artigo 10.º Documentos da proposta	6
Artigo 11.º Propostas variantes	6
Artigo 12.º Modo de apresentação das propostas	7
Artigo 13.º Prazo para apresentação das propostas	7
Artigo 14.º Abertura de propostas	8
Artigo 15.º Prazo de obrigação de manutenção das propostas	8
Artigo 16.º Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas	8
Artigo 17.º Critério de adjudicação	8
Artigo 18.º Relatório preliminar de análise de propostas.....	9
Artigo 19.º Audiência prévia.....	9
Artigo 20.º Relatório final	9
Artigo 21.º Notificação da decisão de adjudicação	9
Artigo 22.º Documentos de habilitação.....	9
Artigo 23.º Caução	10
Artigo 24.º Restituição e extinção da caução	11
Artigo 25.º Despesas e encargos.....	11
Artigo 26.º Legislação aplicável.....	11
ANEXO I.....	12
ANEXO II.....	13



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 1.º | Identificação e objeto do concurso

1. O presente programa do procedimento compreende os termos a que deve obedecer o procedimento por concurso público (divisão em lotes) com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia atinente ao “Fornecimento contínuo de combustíveis para a Direção Regional das Obras Públicas no triénio 2023-2025”, de acordo com o clausulado e especificações técnicas constantes do caderno de encargos.

2. O objeto do presente concurso tem a Classificação CPV / Objeto principal – Vocabulário Principal: 09100000-0.

Artigo 2.º | Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas / Direção Regional das Obras Públicas, com sede no Largo do Colégio, n.º 4, 9500-054 Ponta Delgada, com o telefone 296 206 200, com o fax 296 283 715 e com endereço de correio eletrónico drop@azores.gov.pt.

Artigo 3.º | Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas em 21 de fevereiro de 2023, no exercício de competência delegada pelo Conselho do Governo Regional, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 212/2022, de 30 de dezembro, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, I Série, N.º 166, de 30 de dezembro.

Artigo 4.º | Lotes

1. O fornecimento dos bens objeto do procedimento será dividido por lotes, tendo por critério a localização geográfica, nos termos do número seguinte, e conforme definido no caderno de encargos e respetivo Anexo I.

2. Os lotes, objeto do presente procedimento, e as respetivas quantidades a fornecer, são:

Lotes	Tipo de combustível	
	Gasóleo	Gasolina
	litros	litros
Lote 1 – Santa Maria	36.000	10.000
Lote 2 – São Miguel	975.000	135.000
Lote 3 – Terceira	137.500	38.000
Lote 4 – Graciosa	40.800	12.300
Lote 5 – São Jorge	65.000	15.000
Lote 6 – Pico	150.000	27.000
Lote 7 – Faial	78.000	10.500
Lote 8 – Flores	50.000	10.000
Lote 9 – Corvo	7.500	2.000



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 5.º | Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. O presente procedimento tramita, integralmente, na plataforma eletrónica acinGov, utilizada pela entidade adjudicante, com o seguinte endereço <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não por esta plataforma.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma acinGov apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.
3. O programa do procedimento e o caderno de encargos podem ser consultados nas instalações da Direção Regional das Obras Públicas, sita ao Largo do Colégio, n.º 4, Ponta Delgada, São Miguel – Açores, todos os dias úteis, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. As peças do procedimento estão inteiramente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica acinGov, durante o prazo indicado no número anterior, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
6. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os serviços da Plataforma Eletrónica acinGov. A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
7. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707 451 451.
8. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica em apreço.

Artigo 6.º | Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

aceites, devendo identificar os termos de suprimimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até ao final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo seguinte.

5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto através da plataforma eletrónica.

7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º | Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo anterior sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo anterior, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.

4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões na plataforma eletrónica e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 8.º | Concorrentes

Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 33.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores e no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na Lei, no programa do procedimento e no caderno de encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 9.º | Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no n.º 4 da presente cláusula.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação a proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da mesma.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 10.º | Documentos da proposta

1. As propostas, para cada lote a que concorre, devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do CCP;
 - b) Proposta de preço, nos termos do Anexo I ao presente programa de concurso;
 - c) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem, sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. Todos os documentos que constituem a proposta são assinados pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração dos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
6. Os documentos da proposta devem ser, obrigatoriamente, redigidos em português.
7. São excluídas as propostas que não apresentem todos os documentos elencados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo ou que não os apresentem em respeito pelas regras definidas.

Artigo 11.º | Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 12.º | Modo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados na plataforma eletrónica acinGov até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica acinGov, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de exclusão da proposta nos termos das disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder e assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
9. Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.

Artigo 13.º | Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas deverão ser apresentadas até às 23:59 do 30.º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial de União Europeia.
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade concorrente. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 14.º | Abertura de propostas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica acinGov.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma eletrónica
3. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista dos concorrentes podem reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 15.º | Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 16.º | Leilão eletrónico e negociação das propostas apresentadas

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

Artigo 17.º | Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita por lote e de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada segundo a modalidade da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. As adjudicações far-se-ão por lote, segundo a metodologia definida nos números seguintes.
3. O preço final (PF_{lote}) a constar das propostas dos concorrentes, para cada lote a que concorram, resultará da aplicação da seguinte fórmula de cálculo:

$$PF_{lote} = P1 \times Q1 + P2 \times Q2$$

Sendo:

Q1 – a quantidade de gasóleo a ser fornecida relativa ao lote correspondente, conforme definido no Anexo I do caderno de encargos.

Q2 – a quantidade de gasolina a ser fornecida relativa ao lote correspondente, conforme definido no Anexo I do caderno de encargos.

P1 – o preço por litro de gasóleo obtido através da subtração do desconto unitário fixo por litro de gasóleo (D1) ao preço de referência PVP em vigor à data de publicação do anúncio, deduzido do IVA.

P2 – o preço por litro de gasolina através da subtração do desconto unitário fixo por litro de gasóleo (D2) ao preço de referência PVP em vigor à data de publicação do anúncio, deduzido do IVA.

4. O preço de referência por tipo de combustível é publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, sendo que para efeitos de apresentação e avaliação de propostas, conforme o ponto anterior do presente artigo, será considerado o PVP em vigor à data de publicação do anúncio do concurso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

5. Para efeitos de faturação, em cada fornecimento considera-se o PVP em vigor à data do mesmo.
6. Em caso de proposta de valor idêntico em determinado lote, o desempate será feito a favor do concorrente que apresentar o preço unitário por litro mais baixo para o produto gasóleo (P1) nesse mesmo lote.
7. Caso persista o empate será adjudicada a proposta apresentada por uma pequena e média empresa, considerando uma ordem crescente da categoria das empresas.
8. Por fim, esgotado o disposto nos números anteriores, em caso de empate será realizado um sorteio em data e modo a fixar pelo júri do concurso.

Artigo 18.º | Relatório preliminar de análise de propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas por lote.
2. No relatório preliminar, o júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 19.º | Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes através da plataforma eletrónica para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 20.º | Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Artigo 21.º | Notificação da decisão de adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação por lote é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário do respetivo lote para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte e para, no mesmo prazo, se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Artigo 22.º | Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, através do endereço www.acingov.pt, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em alguma das situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do Adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas no artigo 55.º do CCP;
 - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Em caso de indisponibilidade da plataforma eletrónica acinGov, o adjudicatário deve enviar os documentos de habilitação para o endereço de correio eletrónico indicado no Artigo 2.º do presente programa, devendo, em qualquer caso, a sua receção ocorrer dentro do prazo estabelecido no n.º 1 do presente artigo.
6. Em caso de fundada dúvida sobre o conteúdo ou autenticidade das reproduções de documentos apresentadas, o órgão competente para a decisão de contratar pode exigir a apresentação de originais no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
7. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica acinGov.
8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.

Artigo 23.º | Caução

1. Caso a adjudicação recaia sobre proposta cujo preço contratual seja igual ou superior a € 200.000,00 (duzentos mil euros), o adjudicatário deverá prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no valor de 2% do preço contratual, nos termos do previsto no 43.º do RJCPRAA e artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional 1/2019/A, de 7 de janeiro.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada, no valor definido, em cumprimento do artigo 43.º do RJCPRAA:
- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante, nos termos do modelo constante do Anexo II ao presente programa de concurso;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do Anexo II ao presente programa de concurso.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

Artigo 24.º | Restituição e extinção da caução

No caso de verificar o cumprimento, pelo adjudicatário, de todas as obrigações resultantes do contrato, a entidade adjudicante promove a liberação da caução nos termos do previsto no CCP.

Artigo 25.º | Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação das propostas correm por conta dos concorrentes, assim como as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 26.º | Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, no Código dos Contratos Públicos, no Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A, de 20 de fevereiro, na Resolução do Conselho do Governo n.º 15/2010, de 27 de janeiro, na Portaria n.º 25/2018, de 23 de março, no Despacho Normativo n.º 4/2019, de 31 de janeiro, na Resolução do Conselho do Governo n.º 44/2019 de 29 de março e na restante legislação e regulamentação regional, nacional e comunitária aplicável ao caso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO I

Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º

PROPOSTA LOTE N.º _____

_____ [indicar nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de _____ [firma, número de identificação fiscal e sede], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por ajuste direto para “Fornecimento contínuo de combustíveis para a Direção Regional das Obras Públicas no triénio 2023-2025”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o objeto do referido contrato, em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos e respetivo anexo, relativo ao Lote n.º _____ [indicar o lote], e demais legislação aplicável, nos termos seguintes:

1 – Preço total da proposta para o Lote n.º _____ [indicar o lote] : _____ € (_____ euros), a que acrescerá o I.V.A. à taxa legal em vigor, no valor de _____ € (_____ euros), perfazendo o montante total de _____ € (_____ euros), nos termos e nas condições constantes do caderno de encargos do presente procedimento.

2 – Preços de referência por tipo de combustível:

Lote N.º [indicar o lote]	Tipo de combustível	Quantidade (definido no caderno de encargos)	PVP s/IVA por litro à data da publicação do anúncio	Desconto s/IVA fixo por litro	Preço unitário por litro deduzido do desconto	Valor global s/ IVA
		(a)	(b)	(c)	(d) = (c) – (b)	(e) = (a) x (d)
	Gasóleo					
	Gasolina					
Valor global da proposta Lote N.º _____						1

3 – Localização dos postos de combustível:

Tipo de combustível	Localização dos postos de combustível
Gasóleo	
Gasolina	

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação em vigor.

_____ [Local], _____ [Data], _____ [Assinatura]

¹ Corresponde ao valor total da proposta deduzido de IVA (somatório dos valores totais para gasóleo e gasolina), conforme indicado no n.º 1 do presente Anexo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

ANEXO II

Modelos relativos à caução prevista no artigo 22.º

Modelo de guia de depósito bancário

Euros _____ € Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ [eliminar o que não interessar], como caução exigida para _____ [identificação do procedimento], nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 de janeiro. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ [entidade adjudicante], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____. Em nome e a pedido de _____ [adjudicatário], vem o(a) _____ [instituição garante], pelo presente documento, prestar, a favor de _____ [entidade adjudicante beneficiária], uma garantia bancária/seguro-caução [eliminar o que não interessar], até ao montante de _____ [por algarismos e por extenso], destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ [identificação do procedimento], nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 [eliminar o que não interessar] do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros [eliminar o que não interessar] garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante. A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]